

O "ECONÔMICO" NA OBRA "GEOGRAFIA ECONÔMICA" DE PIERRE GEORGE: ELEMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO

Ariovaldo Umbelino de Oliveira *

"Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência".
(MARX, 1974a: 28-29)

I. INTRODUÇÃO

A obra de P. George, *Geografia Econômica*, tem se constituído, há muito tempo, em um trabalho básico para os geógrafos brasileiros interessados nos estudos econômicos.

Por outro lado, a recente discussão metodológica que tem lugar no âmbito da Geografia traz novamente à tona questões fundamentais, que compõem a essência das obras de base do discurso geográfico. Em ocasião anterior, realizamos um trabalho (OLIVEIRA, 1977) que procurou seguir esta perspectiva de discussão, e continuamos julgando fundamental sua continuidade.

Dessa forma, procuraremos, neste artigo, levantar alguns pontos passíveis de discussão, concernentes à obra *Geografia Econômica* de P. George, à luz dos conceitos básicos que compõem o materialismo histórico.

Queremos esclarecer que o "econômico" a ser discutido é a infraestrutura ou base, ou seja, a estrutura econômica da sociedade.

É importante frisar que este artigo não tem a pretensão de esgotar a questão, mas somente de iniciar um debate metodológico numa das áreas mais conflitantes do discurso geográfico.

* Geógrafo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. — IPT.

II. O OBJETO DE ESTUDO NA OBRA *GEOGRAFIA ECONÔMICA*

Conforme afirma P. George, a Geografia Econômica teria por objeto

“... o estudo das formas de produção, assim como o da localização do consumo dos diferentes produtos no âmbito mundial. É necessariamente uma ciência ou, mais precisamente, uma ciência social, no sentido de que os processos de produção, de transporte e trocas, de transformação e de consumo dos produtos resultam de iniciativas humanas, as quais devem seus característicos e sua eficiência às formas de organização provenientes do passado próprio de cada grupo humano” (GEORGE, 1970: 9).

Parece-nos evidente que, nestas colocações iniciais, P. George nos apresenta não só o objeto de estudo da Geografia Econômica, mas toda uma postura teórica conflitante. Apesar de apresentar questões como a que admite a Geografia Econômica como uma ciência humana, e mais, como uma ciência social, não temos, em momento algum de sua obra, a própria essência dessa posição: o conceito de “classes sociais”, assim como não temos a própria essência da história: as lutas de classe.

Tudo indica que sua obra traz em si uma contradição fundamental, isto é, confundir o materialismo histórico com o método histórico da Economia. Na verdade, a compreensão última da realidade encontra-se na compreensão de suas contradições internas; em outras palavras: “A causa básica do desenvolvimento das coisas reside no interior das coisas, em suas contradições internas e não fora delas” (MAO TSE-TUNG, 1976:2). Isto não significa, em absoluto, dizer que “as formas de organização” dos grupos humanos são “provenientes do passado próprio de cada grupo humano” (GEORGE, 1970:9). Essa posição contém em si um pressuposto básico, ou seja, o da *linearidade histórica evolucionista*; não existe uma posição de ruptura no processo histórico em função das lutas de classe.

Torna-se importante salientar a posição aparentemente humanista de P. George, que, na tentativa de abstrair simplesmente as classes sociais, resume a sociedade a um conjunto de grupos humanos, o que nos parece estar em conflito com a posição da Geografia Econômica como uma ciência social. Como isso se dá?

Voltando à questão inicial, ou seja, a do objeto de estudo, deparamos com um ponto fundamental: o objeto de preocupação da Geografia Econômica seria o estudo das *formas de produção*. Tal colocação requer um questionamento: é possível estudar a *forma* sem se envolver com o *conteúdo*? Não existiria uma relação dialética entre

estas duas categorias? Sabemos que "o conteúdo é o conjunto de elementos e processos que formam um determinado objeto ou fenômeno. A forma é a estrutura, a organização do conteúdo, e não algo externo em relação ao conteúdo, mas intrinsecamente inerente a ele... O materialismo dialético parte da unidade do conteúdo e da forma, de sua inseparabilidade... entretanto, não podemos esquecer que é o conteúdo que determina a forma" (AFANASSIEV, 1963:156-7).

Tudo indica que tal contradição, presente na obra em discussão, reside fundamentalmente no respeito ético à divisão do trabalho acadêmico, na medida em que o autor procura definir o objeto de conhecimento da Geografia, mas tendo sempre presente um respeito implícito frente ao objeto de estudo da Economia, da Sociologia, etc. Além disso, a contradição decorre igualmente do fato de o autor procurar incorporar conceitos do materialismo histórico à Geografia. Este choque teórico-metodológico marcou, indubitavelmente, a produção geográfica, principalmente a de orientação francesa, na última década. A partir do momento em que P. George procura incorporar os conceitos do materialismo histórico, alinhado a um universo teórico-metodológico que não é o do materialismo histórico, mas sim do método histórico, não se dá conta da unidade contraditória da estrutura econômica da sociedade, abstraindo, simplesmente, o conceito de *modo de produção*, substituindo-o pelo conceito de *sistema econômico*. A diferença é fundamental.

A questão que se propõe, neste momento, é a da possibilidade de existência de uma Geografia Econômica como ramo de uma Geografia Científica.

Sabemos que muito se discute ainda sobre o objeto de estudo da Geografia e está longe o dia em que os geógrafos chegarão a um objeto comum. S. Folke esclarece a respeito: "... Não é claro o que quer dizer 'geografia'. Se a Geografia é definida como a ciência que se ocupa com os aspectos espaciais de qualquer fenômeno, receio que a Geografia não tenha algo de significativo a contribuir. Uma definição do objeto de estudo da Geografia Humana presentemente em voga menciona algo como 'a organização espacial da sociedade humana'. Esta definição tende a obscurecer o fato de que a organização da sociedade humana é um fenômeno social e não espacial. Obviamente, esta organização social tem uma dimensão espacial bem como uma dimensão temporal. Mas a diferença é importante" (FOLKE, 1974: 18).

Dessa forma, qualquer discussão do objeto da Geografia Econômica esbarra no próprio objeto de estudo da Geografia. E qual-

quer debate neste sentido deve levar em consideração fundamentalmente as relações dialéticas entre o espaço e o tempo.

III. O MÉTODO NA OBRA *GEOGRAFIA ECONÔMICA*

P. George, ao iniciar seu trabalho, preocupa-se com a clareza do método: "Todo ensaio racional de Geografia Econômica, portanto, se inicia por uma consideração sobre a distribuição da população do Globo e pelo exame das formas de produção e de consumo próprias aos diferentes grupos, conforme a estrutura de sua economia" (GEORGE, 1970:9).

Parece-nos que o autor incorre em outra contradição, pois reduz a população a uma "visão caótica de um todo". Marx, na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, esclarece sobre esse método: "Quando consideramos um determinado país do ponto de vista da economia política, começamos por estudar a sua população, a divisão desta em classes, a sua repartição pelas cidades, pelo campo e à beira-mar, os diversos ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anual, os preços das mercadorias, etc. Parece que o melhor método será começar pelo real e pelo concreto, que são a condição prévia e efetiva: assim, em economia política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social da produção como um todo. No entanto, numa observação atenta, apercebemo-nos de que há aqui um erro. A população é uma abstração se desprezarmos, por exemplo, as classes de que se compõe. Por seu lado, essas classes são uma palavra oca, se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços. O capital, por exemplo, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma visão caótica de um todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto figurado passaríamos a abstrações cada vez mais delicadas até atingirmos as determinações mais simples. Partindo daqui, seria necessário caminhar em sentido contrário até se chegar finalmente de novo à população, que não seria, desta vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas" (MARX, 1974:228-9).

Assim, podemos verificar que o método de P. George não é dialético-materialista, mas sim histórico (da Escola Histórica de Economia), o que contribui ainda mais para caracterizar as contradições teórico-metodológicas presentes em sua obra.

IV. A UNIDADE CONTRADITÓRIA DO ECONÔMICO: A PRODUÇÃO, A DISTRIBUIÇÃO, A CIRCULAÇÃO E O CONSUMO

P. George trata o econômico de forma a manter uma unidade parcial neste econômico, mas sem que essa unidade parcial seja produto das contradições inerentes ao modo de produção, isto é, sem que a unidade seja uma unidade de contrários. Se nos detivermos no tratamento que ele dispensa aos ramos da Economia, verificaremos que, embora trate da produção, da circulação e do consumo, jamais fala da distribuição. Essa posição traz em si um comprometimento sério, pois é na distribuição que aparecem claramente, não só os participantes do processo produtivo, ou seja, os trabalhadores e os não-trabalhadores, mas também como se dá a distribuição desigual dos frutos da produção entre o salário e o lucro. O autor não trata essa questão, talvez porque, na sua opinião, isto não seja objeto nem da Economia nem da Geografia, mas da Sociologia. Novamente teremos que admitir que a ética, produto da divisão do trabalho acadêmico, seja a responsável pelo desvio teórico. Parece-nos evidente que o tratamento da unidade contraditória do econômico deve trazer consigo uma postura crítica da sociedade; caso contrário, cairemos num economicismo vulgar.

O autor prefere o caminho da divisão técnica, ante uma outra linha que vê no estudo da divisão técnica apenas parte de uma preocupação que se estriba na divisão social, obviamente produto das relações de produção. Tal desvio acoberta uma perspectiva aparentemente neutra de uma produção validada cientificamente.

Como se fosse possível defender uma posição consistente a respeito de uma ciência neutra. Como se o cientista, ao "produzir" sua "ciência", saísse do mundo dos mortais e produzisse a "verdade" dos imortais.

É na prática que as posições teóricas tornam-se claras e objetivas. A prática teórica de P. George na obra *Geografia Econômica* é uma prática comprometida politicamente, pois as reais e objetivas causas da unidade contraditória do econômico aí não são encontradas.

Marx, na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, é claro nas colocações sobre a unidade contraditória do econômico: "Na produção, os membros da sociedade adaptam (produzem, dão forma a) os produtos da natureza em conformidade com as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção em que o indivíduo participa na repartição desses produtos; a troca obtém-lhe os produtos particulares em que o indivíduo quer converter a quota-parte que lhe é reservada

pela distribuição: no consumo, finalmente, os produtos tornam-se objetos de prazer, de apropriação individual. A produção cria os objetos que correspondem às necessidades, a distribuição reparte-os segundo leis sociais; a troca reparte de novo o que já tinha sido repartido, mas segundo as necessidades individuais; no consumo, enfim, o produto evade-se desse movimento social, torna-se diretamente objeto e servidor da necessidade individual, que satisfaz pela fruição. A produção surge assim como o ponto de partida, o consumo como o ponto de chegada, a distribuição e a troca como o meio-termo que, por seu lado, tem um duplo caráter, sendo a distribuição o momento que tem por origem o indivíduo. . . não chegamos à conclusão de que a produção, a distribuição, a troca e o consumo são idênticos, mas que são antes elementos de uma totalidade, diferenciações no interior de uma unidade. A produção ultrapassa também o seu próprio quadro na determinação antitética de si mesma, tal como os outros momentos. É a partir dela que o processo recomeça sem cessar. É evidente que a troca e o consumo não podem prevalecer sobre ela. O mesmo acontece com a distribuição enquanto distribuição dos produtos. Mas, enquanto distribuição de agentes da produção e distribuição, é um momento da produção. Uma produção determinada determina portanto um consumo, uma distribuição, uma troca determinada, regulando igualmente as relações recíprocas determinadas desses diferentes momentos. . . Há reciprocidade de ação entre os diferentes momentos. O que acontece com qualquer totalidade orgânica" (MARX, 1974:217, 227-8).

Tal é a postura que permite dar conta da unidade contraditória do econômico e não, apenas, a simples referência a um mundo dividido em dois sistemas econômicos.

V. CONCLUSÃO: A HISTÓRIA E A IDEOLOGIA NA OBRA *GEOGRAFIA ECONÔMICA* DE PIERRE GEORGE

É evidente que P. George procurou, principalmente no capítulo intitulado "Sistemas econômicos e tipos de economia", dar uma fundamentação histórica (de acordo com suas concepções) ao que chamou de "diversidade das formas de economia capitalista no mundo". Parece-nos, entretanto, que o autor apenas reproduziu uma série de conceitos dentro de um encadeamento lógico que marca as mais contundentes obras do discurso ideológico dos cientistas europeus.

Primeiramente trata da *desigualdade*: "As atividades de produção e a condição social de pouco menos de 2/3 da humanidade acham-se subordinados às formas de organização da economia capitalista. Entretanto, do total de 1,4 bilhão de homens que vivem enquadrados

nesse sistema, 400 milhões beneficiam-se das condições de países técnica e economicamente desenvolvidos, e 1 bilhão sofrem a condição de subdesenvolvidos" (GEORGE, 1970:40).

É como se nos países "técnica e economicamente desenvolvidos" não houvesse uma classe explorada e em condições humanas questionáveis, como se todos alcançassem a plenitude do desenvolvimento; é a unidade, mas não uma unidade contraditória, e sim uma unidade homogênea. Isso só é possível através do discurso ideológico, lógico, que se concretizou nos "manuais" das universidades brasileiras. Como se nos países chamados "subdesenvolvidos" não existissem as classes dirigentes (classes dominantes) em condições materiais, se não superiores às dos "países avançados", pelo menos semelhantes.

Outras colocações contraditórias estão presentes na obra: "A economia capitalista fundamenta-se sobre o princípio da livre concorrência e da iniciativa individual. Repousa sobre a criação de empresas, tendo como fim o enriquecimento de seu fundador e a utilização de uma mão-de-obra assalariada, remunerada de acordo com um salário imposto inicialmente pelos empregadores e, mais tarde, debatido e fixado por contrato entre empregadores e organizações sindicais" (GEORGE, 1970:41). Aparentemente tal colocação pode parecer consentânea com o materialismo histórico; no entanto, tal nos parece um equívoco, pois o modo de produção capitalista contém o princípio da livre concorrência de forma parcial, mesmo na etapa concorrencial, e hoje vivemos sua etapa monopolista. Além disso, o modo de produção capitalista fundamenta-se na produção da mais valia para o proprietário do capital, e para que tal ocorra deve existir no mercado o "trabalhador nu" (despojado dos meios de produção).

A respeito de tal postura achamos oportuna uma citação de J. Anderson, que define tal situação, presente na Geografia: "Se a Geografia parece ser conservadora, não é tanto porque ela é ideológica (e ideologias, com efeito, são conservadoras), mas porque suas ideologias tendem a ser ultrapassadas. Considere-se por exemplo a persistência das noções do *laissez-faire*. A Geografia é mais uma 'transmissora' que uma 'produtora' de ideologias..." (ANDERSON, 1974:4). P. George não fugiu à regra.

Ao tratar dos lucros na economia capitalista, o autor afirma: "Esses lucros resultam da diferença entre as despesas da exportação, a amortização do capital inicialmente investido, os investimentos anuais para a renovação e modernização do material de produção, energia, matérias-primas e salários, e o total das vendas". Reafir-

mando nosso ponto de vista anterior, citaremos, para confrontar os conceitos, duas citações de Marx: "O lucro, tal como o vimos agora, é portanto o mesmo que a mais-valia, em forma dissimulada, que deriva necessariamente do modo de produção capitalista" (MARX, 1974:39). "O capitalista que produz a mais-valia, isto é, que extrai diretamente dos trabalhadores trabalho não pago, materializando-o em mercadorias, é que primeiro se apropria dessa mais-valia..." (MARX, 1971:658). A diferença, no caso, é fundamental.

Em outro trecho da obra, ao discutir sobre as "colônias de povoamento" (separação das de "exploração", o que explica seu desenvolvimento posterior) e após falar do primeiro grupo delas, afirma:

"O segundo grupo, do qual a Argentina e o Brasil são os países mais representativos, deixou-se distanciar; *não soube ou não pôde* constituir as reservas de capitais indispensáveis à edificação de uma economia e de uma sociedade evoluída sem recorrer a um financiamento exterior; sofre a influência das antigas colônias de povoamento anglo-saxão, mais rapidamente industrializadas, e ocupa uma posição intermediária entre os países coloniais e semicoloniais de povoamento autóctone e as terras de povoamento europeu fora da Europa, mais desenvolvida econômica e tecnicamente" (GEORGE, 1970:47-8). Será que a explicação histórica está no que o país não fez, ou no que fez? A distinção é fundamental. O autor introduz, assim, mais um desvio.

A questão que propusemos à guisa de conclusão ganha mais significância quando nos deparamos com a seguinte afirmação:

"O desenvolvimento da economia capitalista encontrou na América excepcionais condições: vastos espaços, terras gratuitas, recursos energéticos e minerais em quantidade incomparavelmente superiores àqueles de que dispunham as metrópoles da Europa Ocidental" (GEORGE, 1970:48). Neste momento, poderíamos perguntar: por que na Rússia czarista, com toda a vastidão do seu território, com todos os recursos energéticos e minerais existentes, não aconteceu o mesmo? Por que tal não ocorreu no Brasil? Sobre tais terras gratuitas, na América, será que o autor esqueceu os massacres dos índios norte-americanos, que estão entre os maiores genocídios que a História registrou até hoje?

A obra de P. George — *Geografia Econômica* — precisa ser discutida mais profundamente, pois contém citações extremamente comprometedoras, como a que segue: "As técnicas americanas e as

produtivas instalações são o resultado do fruto de várias gerações de pesquisa científica e de investimentos europeus projetados para o Novo Mundo. E, enquanto a *produção europeia se enterra pouco a pouco em métodos envelhecidos*, cujo amortecimento e perempção se hesita em reconhecer. . .” (GEORGE, 1970:48). É bem provável que, neste momento, a variante nacionalista tenha falado mais forte, a análise do autor trazendo em si a ideologia da “renovação” burguesa.

Tais pontos, levantados para discussão, nos confirmam as contradições presentes na obra de P. George, abrindo perspectivas para que possamos começar a entender melhor sua obra *Geografia Econômica*. Neste sentido, continuamos convictos de que o choque teórico-metodológico na sua prática-teórica é a chave para a real compreensão da obra, já que, utilizando-se de conceitos do materialismo histórico, o autor articula-os segundo o método histórico da Economia (de Roscher, Schmoller, e mesmo de Weber).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFANASSIEV, V. G. (1963) — *Filosofia Marxista*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória Ltda.
- ANDERSON, J. (1974) — *Ideology in Geography: an Introduction*. Antipode 5(3): 1-6.
- FOLKE, S. (1974) — *First Thoughts on the Geography of Imperialism*. Antipode 5(3): 16-20.
- GEORGE, P. (1970) — *Geografia Econômica*. 5. ed. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura. 333 p.
- MARX, K. (1971) — *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Livro 1 — Volumes 1 e 2. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARX, K. (1974a) — *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. 3. ed. Lisboa, Editorial Estampa.
- MARX, K. (1974b) — *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Livro 3 — Volumes 4, 5 e 6. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MAOTSÊ-TUNG — *Sobre a Contradição*. Série Textos Fundamentais, nº 1, 33p.
- OLIVEIRA, A. U. (1977) — *Uma Contribuição aos Estudos das Atividades Agrárias: O “Estado Isolado” de Von Thunen*. Tese de Doutorado (inédita).

RESUMO

Este trabalho procura iniciar uma discussão sobre a presença dos conceitos econômicos, da infra-estrutura da Sociedade, tratada por Pierre George em sua obra *Geografia Econômica*.

Procuramos discutir primeiramente a questão do objeto de estudo da Geografia Econômica em sua obra e julgamos que tal discussão deve inserir-se numa discussão maior que é do próprio objeto de estudo da Geografia.

Em outra parte do artigo levantamos pontos, também para discussão, sobre o método na *Geografia Econômica* de Pierre George, onde julgamos residir a chave para esclarecimentos sobre sua obra.

Em seguida tratamos da unidade contraditória da infra-estrutura econômica: a produção, a distribuição, a circulação e o consumo na obra objeto de estudo, procurando demonstrar, praticamente, a ausência desse instrumental teórico (do materialismo histórico e dialético), ao mesmo tempo em que encontramos justificativas para admitir a existência na obra do método histórico da escola histórica da economia.

E concluímos o artigo com algumas achegas para discussão sobre a presença da História e da Ideologia na *Geografia Econômica* de Pierre George.

SUMMARY

This paper is an attempt to initiate a discussion on the economic concepts of the infrastructure of Society as treated in Pierre George's *Précis de Géographie Economique*.

Discussed first is the object study of *Economic Geography* as treated in his work. This is done in the broader context of the object of Geography itself.

Secondly some issues are raised about the methods used in *Précis de Géographie Economique*, which may be the key elements to understand it.

Next, it is analyzed the contradictory unity of the economic infrastructure: production, distribution, circulation, and consumption. It is shown the non-existence of theoretical tools (historical and dialectical materialism) to treat them. However, the historical method (from the historical school of economics) can be shown to be present.

Finally some points on the historical and ideological aspects of the work are raised for discussion.

RÉSUMÉ

Ce travail essaye d'initier une discussion sur la présence des concepts économiques, de l'infrastructure de la société, traitée par Pierre George dans son livre *Précis de Géographie Economique*.

Nous essayons d'abord de discuter la question de l'objet d'étude de la Géographie Economique dans ce livre, puisque nous considérons qu'une telle discussion doit être insérée dans une discussion plus large qui est l'objet d'étude de la Géographie.

Ensuite, également pour une discussion, nous posons des questions sur la méthode utilisée dans la *Géographie Economique* de Pierre George, où à notre avis se trouve la clé pour des éclaircissements à propos de son oeuvre.

Puis nous nous occupons de l'unité contradictoire de l'infrastructure économique: la production, la distribution, la circulation et la consommation dans l'oeuvre en question, tout en essayant de montrer, d'une façon pratique, l'absence de cet instrumental théorique (c'est-à-dire, du matérialisme historique et dialectique), en même temps que nous présentons des justifications pour admettre l'existence dans cet oeuvre de la méthode historique de l'école historique de l'Economie.

Enfin, nous concluons l'article en présentant quelques apports pour la discussion sur la présence de l'Histoire et de l'Idéologie dans la *Géographie Economique* de Pierre George.

■